



PLANEJAMENTO NA PRÁTICA DOS PROFESSORES: ENTRE A FORMAÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

PLANNING IN TEACHERS' PRACTICE: BETWEEN TRAINING AND LIVED EXPERIENCES

PLANEAMIENTO EN LA PRÁCTICA DE LOS PROFESORES: ENTRE LA FORMACIÓN Y LAS EXPERIENCIAS VIVIDAS

Maria Auxiliadora Soares Fortes¹

Osmar Hélio Alves Araújo²

Maria Evelyana Alves de Araújo³

Luís Távora Furtado Ribeiro⁴

Resumo: Este artigo apresenta um debate sobre o planejamento pedagógico e sua importância para a prática docente. Partimos do pressuposto que é pela capacidade reflexiva que o ser humano desenvolve e aprimora sua compreensão acerca da realidade, possibilitando, no ato do planejamento, estabelecer as conexões entre o pensar e o agir; a teoria e a prática; o conhecimento e a intervenção na prática social. Para tanto, a discussão aponta que a reflexão docente na e sobre a sua ação pedagógica permite construir, reconstruir e ampliar seus objetivos e suas possibilidades de trabalho com os alunos, em sala de aula. Defende-se que o planejamento requer participação e parte do pressuposto de que é preciso que os atores sociais envolvidos tenham consciência da sua necessidade e, com base nessa compreensão, articulem ideias para transformar a realidade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Planejamento. Prática docente. Educação básica.

Abstract: This essay presents a debate about the planning and its importance to the teaching practice. We begin assuming that it is by the reflective capacity that human beings develop and improve their understanding about the reality, allowing, in the act of the planning, to establish the connections between the thinking and the acting; theory and practice; knowledge and intervention in social practice. To do so, the discussion points out that teacher reflection in and about its pedagogical action allows the construction, reconstruction and expansion of its objectives and its possibilities of working with students in the classroom. For this reason, we argue that planning requires participation and we assume that the social actors involved must be aware and, based on this understanding, articulate ideas to transform the reality in which they are inserted.

Keywords: Planning. Teacher practice. Elementary education.

Resumen: Este artículo presenta un debate sobre el planeamiento pedagógico y su importancia para la práctica docente. Partimos de la presuposición que es por la capacidad reflexiva que el ser humano desarrolla y mejora su comprensión acerca de la realidad, posibilitando, en el acto del planeamiento, establecer las conexiones entre el pensar y el actuar; la teoría y la práctica; el conocimiento y la intervención en la práctica social. Para esto, la discusión apunta que la reflexión docente en la y sobre su acción pedagógica permite construir, reconstruir y ampliar sus objetivos y sus posibilidades de trabajo con los alumnos en el salón de clases. Por eso, defiende que el planeamiento requiere participación y parte de la presuposición de que es necesario que los actores sociales envueltos tengan conciencia de su necesidad y, con base en esta comprensión, articulen ideas para transformar la realidad de la cual forman parte.

Palabras-clave: Planeamiento. Práctica docente. Educación primaria.

Envio 09/11/2017

Revisão 07/12/2017

Aceite 09/01/2018

¹ Doutora em Educação (UFC). Pós-Doutorado no Centro de Investigação Didáctica Tecnologia em Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro – Portugal. E-mail: aucyfortal@gmail.com

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do PARFOR/Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Ceará - Brasil. E-mail: osmarhelio@hotmail.com

³ Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). araujo_ev@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: luistavora@uol.com



Introdução

Mesmo não tendo surgido propriamente no âmbito educacional, o planejamento é fundamental para a educação, pois diz respeito à formação humana, ao processo de elaboração, execução e avaliação das ações educativas. Concordamos com Russo (2016, p. 195) quando o autor afirma que “O planejamento educacional em todas as suas modalidades (curricular, de escola, de ensino, etc.) é um ato político-pedagógico que exige a participação do coletivo dos educadores da escola”. O mesmo autor, em linhas gerais, enfatiza que “É imprescindível, portanto, que o planejamento seja um ato coletivo de todos aqueles educadores, que, juntos, irão decidir que escola irão oferecer aos seus alunos” (Russo, 2016, p. 196). Assim, o ato de planejar é condição básica nas atividades docentes, as quais requerem apropriação teórica dos conteúdos, reflexão da própria experiência, análise do quadro da realidade dos sujeitos envolvidos no processo e das influências políticas pedagógicas da instituição escolar.

É consenso na literatura que discute planejamento, que se trata de uma das principais ferramentas na organização/realização do trabalho docente em sala de aula, o fio condutor da ação educativa (FUSARI, 2017; GANDIN, 1998). Contudo, Russo (2016, p. 210) argumenta que o planejamento escolar tem se constituído “[...] em procedimento burocrático, esvaziado [de] sentidos que poderia assumir na escola, principalmente o de ser o elemento catalisador da reflexão coletiva sobre temáticas que contribuiriam para a construção do projeto político-pedagógico da escola”.

No cotidiano escolar o planejamento tem sido objeto de constantes indagações quanto à sua validade para o trabalho docente, seguindo-se de uma atitude de resistência para participar do momento de pensar, refletir a ação educativa e sistematizá-la em planos de curso, projetos de trabalho ou planos de aula. Logo, quando o planejamento é realizado “apenas para cumprir com uma tarefa precisamente colocada por alguém (burocratizada), ou por motivo que não corresponda ao significado da atividade, ele se torna esvaziado, pois o sentido não condiz com o significado e por isso se torna uma prática alienada” (VOLPIN, 2016, p. 52).

No contexto deste trabalho, concordando com Libâneo (2005), o planejamento escolar ou planejamento da escola diz respeito à atividade de previsão da ação a ser realizada,



implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a ser empregados, o tempo de execução e as formas de avaliação. O planejamento, portanto, “deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um *processo de reflexão*” (FUSARI, 1990, p. 45, grifos do autor). Como explica o mesmo autor, “A ação consciente, competente e crítica do educador é que transforma a realidade, a partir das reflexões vivenciadas no planejamento e, conseqüentemente, do que foi proposto no plano de ensino” (1990, p. 46).

Considerando esses pressupostos, este artigo é oportuno para questionarmos porque o planejamento pedagógico ainda vem sendo cercado de tantas incongruências, resistências e algumas vezes relegado a segundo plano em nossas escolas. A busca de informações para essas inquietações nos levou a buscar a caracterização desse processo em alguns momentos de nossa história política, social, econômica e educacional, enquanto reflexo do ideário pedagógico subjacente à prática desenvolvida na escola. Assim, a discussão realizada neste texto tem como foco o planejamento na prática docente dos professores da educação básica.

O sentido de planejar na prática docente

Compreendemos prática docente como as “[...] práticas que se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por dada comunidade social” (Franco, 2012, p. 154). A prática docente exige “decisões, princípios, ideologias, estratégias [...]”, ou seja, planejamento (Franco, 2012, p. 156). Assim, a ação de planejar indiscutivelmente organiza e sistematiza o trabalho pedagógico, evitando a improvisação. Compartilhamos da concepção que “Planejar é antecipar o futuro no sentido de prever ações a serem desenvolvidas para se conseguir objetivos determinados” (RUSSO, 2016, p. 195). Nesse sentido,

[...] realizar planos e planejamentos educacionais e escolares significa exercer uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem



desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja (PADILHA, 2001, p. 63).

Planejar, nessas dimensões, é acreditar em reais possibilidades de construção de uma prática participativa consequente, superando a mera formalidade de realizar o planejamento em atendimento às exigências da escola. Contudo, não convém cair no reducionismo de restringir o ato de planejar a simples elaboração de planos de trabalho ou projetos. Convém advertir, concordando com Russo (2016), que “Quando o planejamento é encarado como instrumento de controle burocrático, como em geral acontece, sua avaliação recai sobre o produto, isto é, no plano como documento” (p. 195). E, ainda, para o autor, “A riqueza do processo de planejamento está exatamente na oportunidade que ele cria para se proceder a uma revisão de todos os pressupostos e práticas até então adotadas” (RUSSO, 2016, p. 195).

Certamente, os professores, na sua grande maioria, reconhecem o planejamento como um elemento da prática pedagógica indispensável à construção do conhecimento e cuja finalidade deve ser facilitar e orientar o trabalho dos profissionais da escola e, em especial, do professor em sala de aula. O planejamento, nessa perspectiva, contribui para a gestão de imprevistos e de situações complexas que se apresentam permanentemente no contexto das salas de aula. Libâneo (2013) corrobora explicando que

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação (LIBÂNEO, 2013, p. 245).

Convém advertir que o planejamento não é processo rígido, individual e imutável, mas flexível, coletivo e dinâmico, devendo ser revisto a qualquer momento do processo educativo. Dessa forma, o professor tem a responsabilidade de coordenar o desenvolvimento de seu trabalho e necessita compreender com clareza cada uma de suas fases (planejar, executar, avaliar), para exercer seu ofício de forma mais segura, sem separá-las, como propõe a concepção instrumental/normativa. O referido profissional, ao ensinar-aprender, reflete



sobre seu caminhar. Entretanto, é necessário superar a prática fragmentária do planejamento, na qual se separa o ato de planejar do fazer e da avaliar. Porém, conforme afirmam Thomazi e Asinelli (2009, p. 186), em muitas “[...] escolas não há um espaço institucionalizado para a discussão da prática de ensino, para a troca de ideias e de experiências entre professores, enfim, não há uma reunião oficial com a finalidade de analisar e refletir sobre o planejamento”.

Diferente de uma visão fragmentada de planejamento, os elementos perceber, planejar, executar, avaliar e (re)planejar fazem parte de um processo dinâmico e contínuo, em que cada um é analisado pelo mesmo movimento dialético que constitui o seu processo. Nesse sentido, a atuação docente “[...] não pode se reduzir a um trabalho individualista [...]. Ao contrário, ele deve se inserir numa realidade dinâmica e colaborativa, na qual o diálogo constitua o aspecto central do planejamento de ensino” (JÚNIOR, 2010, p. 584).

Queremos aqui sintetizar que a ação educativa se configura como uma experiência processual, aberta e criadora, carregando também aspectos de imprevisibilidade, que precisa ser gestada pelo docente no contexto escolar e em sala de aula. Nesta perspectiva, é importante considerar os limites e possibilidades acerca do planejamento escolar e o compromisso do professor como articulador do trabalho pedagógico, diante do planejar.

O planejamento como ação coletiva e refletida

Refletir sobre a ação planejada é rever o momento de aproximação ou distanciamento entre as intenções e as realizações presentes no âmbito do agir pedagógico no contexto da sala de aula. A reflexão na e sobre a ação se constitui em um momento de autocrítica, permitindo ao professor desfazer, refazer e ampliar sua possibilidade de realização, desenvolvendo o movimento dialético na ação pedagógica. Por isso, concordando com Franco (2014, p. 89), “A prática docente que produz saberes precisa ser epistemologicamente analisada, e isso se faz pelo seu exercício enquanto práxis, permeada por sustentação teórica, que fundamenta o exercício crítico-reflexivo da prática”.

Cada momento dos processos de ensino e aprendizagem convém que o professor realize registros sobre novos conhecimentos e novas experiências, no plano de ensino. Deve também criar e recriar sua prática didática, mediada pela consciência crítico-reflexiva. Isso



enriquece seu agir profissional e faz adquirir maior segurança em sua atuação docente. Essas práticas estimulam o exercício da reflexão para o professor reorganizar as atividades de sala de aula. Essa perspectiva exige reconhecer que

O trabalho docente é um trabalho intelectual; requer autonomia e consciência crítica para analisar o que acontece com o ensino (dentro e fora da sala de aula) e o modo como o contexto social mais amplo se relaciona com a função social do trabalho docente, tendo como finalidades educativas pretendidas e sua concretização, pois o ensino é uma atividade teórico - prática transformadora da realidade. Ou seja, o ensino é práxis (FRANCO, 2014, p. 90).

A partir das considerações postas acima, entendemos que toda ação ocorrida no contexto da sala de aula vincula-se à totalidade das relações sociais em que a prática pedagógica se insere. Portanto, o planejamento é um ato político que provoca atitudes pedagógicas, técnicas, políticas e humanas. É a objetivação do agir do professor, baseado em suas concepções sobre educação, aprendizagem, planejamento e tudo que envolve o processo de gestão de aula. É necessário avaliar, repensar a prática pedagógica, possibilitando assim uma tomada de consciência entre o que se pensa, que pode estar circunscrito no planejamento ou não, e o que se faz. Convém dar ênfase que

[...] a reflexão didática, como possibilidade de melhorar o fazer da prática dos professores, vê-se na encruzilhada de apresentar indicações, referências teóricas, instrumentos metodológicos que lhes permitam trabalhar melhor, colaborar efetivamente para uma boa formação dos estudantes (PIMENTA, 1997, p. 58).

É possível vislumbrar que na ação de planejar o professor deve compreender a realidade como algo em constante movimento, não podendo o seu planejamento se impor diante do dinamismo da mesma, sob pena de engessar a história que se desenrola no interior das salas de aulas, fundada nas relações sociais e no processo de interação entre seus sujeitos. Isso implica o professor reconhecer que

[...] o ensino é um processo social, integrante de múltiplos processos sociais, nos quais estão implicadas dimensões políticas, ideológicas, éticas, pedagógicas, frente às quais se formulam objetivos, conteúdos e métodos conforme opções assumidas pelo educador, cuja realização está na



dependência de condições, seja aquelas que o educador já encontra sejam as que ele precisa transformar ou criar (LIBÂNEO, 2013, p.58).

Outro aspecto que merece destaque é o fato que um olhar, um pensar e um fazer diferente na ação de planejar devem apontar para uma organização do trabalho educativo que comporte novas práticas político-pedagógicas com a intervenção crítica do sujeito na realidade, dotando-o de uma formação sólida, crítica, produtora de saberes e habilidades. Ou seja, uma formação para o ser humano “[...], para além da instrumentalização competente do indivíduo capaz” (BRANDÃO, 2012, p. 46). E, ainda, trata-se de oportunizar aos discentes uma formação que fomente “a solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, [...]” (FREIRE, 1996, p. 42). Em outras palavras, com amparo, ainda nas contribuições de Freire (1996), uma formação que, envolvendo o saber técnico e científico indispensável, fale aos discentes da sua presença no mundo. Presença humana, ética e interventiva no meio social.

É digno de nota, ainda, o trabalho coletivo na perspectiva do planejamento participativo que à primeira vista comporta compreensões tais como: planejar atividades em conjunto; trabalhar diversas disciplinas em um dado projeto de trabalho. Nossas ideias vão se ampliando a partir de estudos realizados e de atividades assumidas no contexto em que estamos inseridos. O trabalho coletivo considera uma multiplicidade de relações tecidas pelos que fazem a escola – diretores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, conselho escolar, representantes da comunidade - e pelas determinações, cujo alcance vão para além de seus muros, vinculadas ao seu papel social como, por exemplo, assegurar o acesso, permanência e progressão do aluno na escola, e a melhoria da qualidade do ensino.

A linha de reflexão desenvolvida no parágrafo acima nos permite defender, apoiando-nos nas contribuições de Araújo (2016, p. 23), que “o trabalho coletivo alarga a construção de saberes, o saber fazer, o saber ser, o compartilhar experiências, as dificuldades, o reconhecer falhas e o valorizar os avanços e as mudanças”. Contudo, convém enfatizar que a participação não pode ser entendida como natural, uma vez que decorre de um processo de construção e conquistas. Também não deve ser observada como concessão, por tratar-se de um direito, ou seja, como o eixo fundamental das relações sociais e jamais deve ser percebida



como algo preexistente, considerando que o espaço deve ser construído e conquistado (Demo, 1999).

Portanto, planejar supõe mais que a existência de profissionais fazendo suas atividades lado a lado, exigindo a interação; o compartilhar; o respeito e a habilidade de lidar com o outro em suas múltiplas dimensões. Enfim, pressupõe a definição, por esses educadores de pontos de partida e de chegada, comuns no fazer escolar. Ou seja, o planejamento implica uma “[...] organização coletiva consciente que agregue experiências e produza novas sínteses na percepção sobre educação e escola, que possam representar avanços para cada um dos membros” (RUSSO, 2016, p.196).

Desta forma, construir um trabalho coletivo coerente, articulado na escola, é tarefa ousada, que implica persistência, empenho e crença naquilo que se quer realizar. Por isso, fala-se em construção do trabalho coletivo, porque não se trata de algo dado, mas conquistado a médio e longo prazos, com a disponibilidade de cada uma das pessoas envolvidas no cotidiano escolar. Em síntese, como explica Araújo (2015), faz-se necessário projetos e ações que fomentem uma cultura escolar colaborativa, a partir de um planejamento integrado a momentos de avaliação das práticas pedagógicas. Assim, é fundamental um processo educativo construído sempre a partir da ação coletiva dos sujeitos envolvidos a fim de rechaçar a existência de ações individuais no contexto escolar.

Não é difícil inferirmos, a partir dos estudos empreendidos até aqui, que essa conquista é resultado de um processo de planejamento mais amplo, cujo fruto é a elaboração da Proposta Política Pedagógica da Escola, pois “seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo” (VEIGA, 1998, p. 09).

É o coletivo que opera a mudança e implementa as diretrizes educacionais. O planejamento em educação faz sentido quando elaborado com a participação de todos, coletivamente, em meio ao contexto social em que ele se encontra inserido, constituindo-se o instrumento privilegiado da sistematização das ações a serem realizadas na ação educativa.

O coletivo da escola, nesses momentos, lida com vários desafios fundamentais, na medida em que discute, reflete, debate sobre alguns dos elementos curriculares básicos: educador, aluno, escola, materiais didáticos, condições de trabalho, sociedade, objetivos, conteúdos, métodos de ensino e avaliação, dentre outros.



Por ser heterogêneo, o coletivo é passível de apresentar divergências, conflitos, característica natural de um grupo. Sabemos que a prática docente está marcada por elementos das diferentes tendências da educação. Portanto, não é fácil trabalhar coletivamente, mas temos consciência que precisamos aprender.

Considerações finais

O planejamento, aqui discutido, requer participação e parte do pressuposto de que é preciso que os atores sociais envolvidos tenham consciência e, com base nessa compreensão, articulem ideias para transformar a realidade na qual estão inseridos.

Planejar nessas dimensões é acreditar em reais possibilidades de construção de uma prática participativa consequente, superando a mera formalidade de realizar o planejamento em atendimento às exigências da escola. Também não podemos, em nenhuma hipótese, cair no reducionismo de restringir o ato de planejar a simples elaboração de planos de trabalho ou projetos.

Por fim, o planejamento participativo, respeitando o rigor científico, deve ser desenvolvido de modo que considere, em especial, a dialética da participação e da construção coletiva para que garanta o espírito democrático no desenvolvimento das ações pedagógicas na instituição escolar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osmar Hélio Alves. Arquitetura da formação contínua docente: das práticas pedagógicas aos saberes e experiências. **Educação Online**, n. 21, p. 16-23, abr. 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico**: algumas indagações e tentativas de respostas. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias>. Acesso em: 16 nov. 2017.

GANDIN, Danilo. **A Prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos de campo cultural, social, político e Religioso e governamental. Petrópolis: vozes, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MENEGOLLA, M.; SANTAANA I. M. **Porque planejar? Como planejar?** Petrópolis: Vozes, 1995.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

RUSSO, Miguel Henrique. Planejamento e burocracia na prática escolar: sentidos que assumem na escola pública. **RBP**, v. 32, n. 1, p. 193 - 210 jan./abr. 2016.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães.; ASINELLI, Thania Mara Teixeira. Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. DOI: 10.1590/S0104-40602009000300014.

VOLPIN, Gizeli Beatriz Camilo. **O significado e o sentido do planejamento no trabalho do professor**: uma análise crítica a partir da teoria da atividade de A.N. Leontiev. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2016.